

**BRAZIL – General Statement**  
**Mr. Arthur Chioro, Minister of Health**

II INTERNATIONAL CONFERENCE ON NUTRITION

**General Statement of Brazil**

To be delivered in Portuguese

*Statement scheduled to take place on Nov. 19<sup>th</sup>, from 11:15 to 12:30 at the Plenary Hall*

***[ENGLISH VERSION]***

Dear Colleagues, Ladies and Gentlemen,

The rights to health and to food are human rights, whose realization is inalienable, indivisible and interdependent.

To ensure Food and Nutrition Security, the right to health should be respected and concretized for achieving an adequate nutrition. Similarly, ensuring health also depends on actions in a broad range of areas to fulfill the realization of other human rights.

Having, on our tables, healthy, safe, adequate and sufficient food requires several guarantees, from decent work in rural areas – for all women and men – to measures on food and nutritional education conducive to favorable choices and to healthy life styles among individuals, families, friends and within the community.

To feed oneself is much more than the act of ingesting micro or macronutrients. It translates centuries of practices, traditions, cultures and of

process of adaptation to new and different environments. It is our understanding that adequate and healthy food derives from a social and environmentally sustainable food system, taking into account the impacts of different types of production and distribution of food on social justice, on the integrity of natural resources, on biodiversity and on the protection of traditional cultures.

More than 50 years ago, “Josué de Castro” [*a Brazilian activist and expert on nutrition*] understood hunger as the biological expression of sociological problems; today we need also to look at the social dimension of chronic diseases and other consequences of malnutrition. For this reason, we believe addressing malnutrition is only possible through a set of complementary and intersectoral policies.

We prioritize aspects such as health, education, income, sanitation, support to family farming, access to adequate and healthy food and promotion of the whole food system, from production and distribution to consumption. We also need to pay further attention to food waste and losses creating policies to avoid and reduce them.

A set of national programs, actions and strategies implemented over the last 12 years has drastically reduced hunger and malnutrition in Brazil. Different indicators show that today our population has access to food and that hunger is about to become an isolated occurrence in the country.

According to FAO report, Brazil has become an international reference in the fight against hunger, having met, well ahead, the Millennium Development Goal related to reducing poverty, hunger and child mortality. The excellent results of the latest years show that we are in the right track, but also that we still have a lot to do.

Universal social policies for health and education, integrated with economic policies – such as the increase of minimum wage and of the purchase power of workers, which has included more than 42 million people in the middle class – and integrated with social protection, as the “Bolsa Família” Program, internationally recognized as one of the most consistent programs of cash transfer, that has lift out of the poverty more than 5 million Brazilians – are particularly important for achieving these results.

The fight against hunger and poverty has remained in the center of the political agenda since 2003, with the Zero Hunger Strategy, conducted by former President Luiz Inácio Lula da Silva and by his then coordinator Dr. José Graziano da Silva, today Director-General of FAO, and has been further spurred in 2011, when Dilma Rousseff’s Government committed to eradicate extreme poverty in Brazil. Social participation is also an important element. The Brazilian experience was marked by the strong involvement of civil society in the political process. Governance, transparency, the active participation of the society, as protagonists, have been, over the latest years, the guiding principles for the Brazilian government’s intervention in these areas.

We are consolidating these achievements and moving towards new challenges. We are about to overcome hunger and extreme poverty. This is the ethic and political commitment of our Government to the Brazilian society. This II International Conference on Nutrition is an invitation for us to make commitments on nutrition in the Post-2015 Development Agenda. Globally, when thinking about our policies for food and nutrition, we need to take into account the different aspects of food and nutrition insecurity, which lead to undernutrition, micronutrients deficiencies, overweight, obesity and non-communicable diseases associated with inadequate food.

Therefore, strengthening measures to protect healthy feeding practices is a challenge that we most surely will have to face. To that end, we believe in and support the shared leadership of FAO and WHO in the next steps to follow. It is only through strengthening current organizations and institutional settings that we will be able to advance further on Food and Nutrition security.

In this sense, we reaffirm the political commitment of the Brazilian Government to step up its efforts to implement the actions of the Rome Declaration and of its Framework for Action, and we are willing to cooperate with FAO, WHO and directly with countries for improving nutrition in the world, in an approach based on human rights, family farming, income distribution policies to address poverty, and considering health as right, with food and nutrition as its fundamental pillars.

Thank you.

\*\*\*

***[PORTUGUESE VERSION]***

Prezados Colegas, Senhores e Senhoras;

Os direitos à saúde e à alimentação são direitos humanos inalienáveis, indivisíveis e interdependentes em sua realização.

A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional exige que o direito à saúde seja respeitado e concretizado para que seja alcançada a boa nutrição. Da mesma forma, a garantia da saúde também depende de ações de diversas áreas que garantam a realização dos demais direitos humanos.

Ter alimentos saudáveis, seguros, adequados e suficientes em nossa mesa pressupõe garantirmos desde um trabalho decente na terra – para todos e todas - até medidas de educação alimentar e nutricional que conduzam a escolhas benéficas e promovam estilos de vida saudáveis individuais, em família, entre amigos e na comunidade.

Alimentar-se é muito mais do que o ato de ingerir micro ou macronutrientes. Traduz séculos de práticas, tradições, culturas e de adaptações a novos e diferentes ambientes. Compreendemos que a alimentação adequada e saudável deriva de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável, levando em conta o impacto das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social, a integridade dos recursos naturais, da biodiversidade e a proteção das culturas tradicionais.

Da mesma forma que Josué de Castro vislumbrou na fome, há mais de 50 anos, a expressão biológica de males sociológicos, hoje é preciso também olharmos para a dimensão social das doenças crônicas e das demais consequências da má-nutrição. É por este motivo que acreditamos que o enfrentamento à má-nutrição se dá por meio de um conjunto de políticas complementares e intersetoriais.

Priorizamos aspectos como saúde, educação, renda, saneamento, apoio a agricultura familiar, acesso a alimentos adequados e saudáveis e promoção de todo o sistema alimentar, desde a produção, distribuição até o consumo. Também precisamos dar maior atenção ao tema do desperdício de alimentos, criando políticas para evita-lo e reduzi-lo.

O conjunto de programas, ações e estratégias nacionais implementado nos últimos 12 anos fez com que a fome e a desnutrição no Brasil sofressem uma drástica redução. Diferentes indicadores evidenciam que hoje a nossa população tem acesso à alimentação e que a fome caminha para tornar-se um fenômeno isolado no país.

De acordo com o relatório da FAO, o Brasil é hoje uma referência internacional no combate à fome, tendo cumprido com antecedência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em relação à redução da pobreza, da fome e da mortalidade infantil. Os excelentes resultados dos últimos anos demonstram que estamos no caminho certo, mas também que ainda temos muito a percorrer.

Políticas sociais universais de saúde e de educação, conjugadas com **políticas econômicas** - como a valorização do salário mínimo e a recuperação do poder de compra do trabalhador, que elevaram mais de 42 milhões de pessoas à classe média - e **de proteção social**, como o Programa Bolsa Família, reconhecido internacionalmente como um dos mais consistentes programas de transferência de renda e que tirou da linha de pobreza mais de 5 milhões de brasileiros - são particularmente importantes no alcance destes resultados.

A luta contra a fome e a pobreza permaneceu no centro da agenda política desde 2003, com a Estratégia Fome Zero, conduzida pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por seu Coordenador Doutor José Graziano, hoje Diretor-geral da FAO, e ganhou novo impulso a partir de

2011, quando o Governo da Presidenta Dilma Rousseff assumiu o compromisso de eliminar a pobreza extrema no Brasil.

A participação social é também um elemento de primeira importância. A experiência do Brasil foi marcada por forte envolvimento da sociedade civil no processo político. Governança, transparência, participação ativa e protagonista da sociedade têm sido, nos últimos anos, os princípios a nortear a intervenção do Governo brasileiro nessas áreas.

Estamos consolidando estas conquistas e avançando rumo a novos desafios. Estamos a um passo de superar a fome e a miséria. Esse é o compromisso ético e político do nosso governo com a sociedade brasileira.

A realização desta Segunda Conferência Internacional de Nutrição é um convite a assumirmos compromissos da nutrição na agenda de desenvolvimento Pós-2015. Globalmente, ao pensarmos em nossas políticas de alimentação e nutrição, precisamos levar em consideração as diferentes faces da insegurança alimentar e nutricional, que levam a desfechos como desnutrição, carências de micronutrientes, excesso de peso, obesidade e doenças crônicas associadas à alimentação inadequada.

Nesse sentido, o fortalecimento das medidas de proteção das práticas alimentares saudáveis é um desafio que, sem dúvida, deveremos enfrentar. Para tanto, acreditamos plenamente na liderança compartilhada entre a FAO e a OMS na condução dos próximos passos. Apenas com o fortalecimento de organismos e espaços institucionais já

constituídos poderemos dar passos mais seguros e assumir compromissos mais ousados na busca da segurança alimentar e nutricional para todos.

Nesse sentido, reafirmamos o compromisso político do Governo do Brasil em empreender esforços para implementar as ações da Declaração Política de Roma e de seu Marco de Ação e, nos colocamos à disposição para cooperar com a FAO, a OMS e diretamente com os países na busca da melhoria da nutrição no mundo, com um enfoque centrado nos direitos humanos, na agricultura familiar, em políticas de distribuição de renda que enfrentem a pobreza, na ampliação da saúde como direito, tendo a alimentação e a nutrição como um de seus pilares.

Muito obrigado.